

## **Justiça na Transição Energética**

Número 5 - Maio de 2026

*A quinta edição da newsletter Justiça na Transição Energética se insere em um momento de inflexão no debate climático global. Em meio à crescente urgência da crise climática e às tensões geopolíticas dos conflitos atuais que expõem a fragilidade da dependência de combustíveis fósseis, novas agendas e disputas passam a moldar os rumos da transição energética. Destacamos os principais desdobramentos da Conferência de Santa Marta, que reposiciona o debate internacional ao focar na implementação da transição energética, que passa a ocupar o centro das decisões econômicas, industriais e estratégicas dos países.*

*Ao longo desta edição, também trazemos avanços e tensões no cenário brasileiro, como a consulta pública do Plano Nacional de Transição Energética, os riscos associados à política de minerais críticos e as disputas geopolíticas em torno de recursos estratégicos. Ainda abordamos os impactos socioambientais da mineração da transição, mudanças na dinâmica global do petróleo e iniciativas concretas de transição em territórios como a Amazônia, oferecendo um panorama integrado dos desafios e oportunidades.*

### **Santa Marta: transição energética entra na agenda econômica e geopolítica**

Em um contexto de frustração com as negociações climáticas tradicionais e de aumento da urgência climática, agravada por conflitos geopolíticos, a Conferência de Santa Marta, na Colômbia, reuniu cerca de 60 países, além de cientistas, sociedade civil, lideranças indígenas e governos subnacionais na última semana de abril.

O [Inesc](#) tem a perspectiva de que a Conferência em Santa Marta pode contribuir significativamente para que atores governamentais, academia, sociedade civil possam aprofundar entendimentos sobre desafios e caminho para a superação da dependência fiscal, econômica e energética associada aos combustíveis fósseis. Contudo, ressalta alguns desafios, como as diferentes realidades experienciada entre os países e o contexto geopolítico marcado por guerras e uma profunda crise do multilateralismo, na qual o controle do petróleo é peça central.

Para o [Observatório do Clima](#), a conferência é histórica porque rompeu um bloqueio central das negociações internacionais: os combustíveis fósseis foram tratados diretamente como causa da crise climática. O debate também deixou de girar em torno de compromissos genéricos e passou a focar em como estruturar a transição energética nos planos nacionais, mudanças nos sistemas econômicos e integração das metas climáticas às políticas públicas.

Já o [Greenpeace](#) publicou que a formação de uma coalizão de países dispostos a avançar na transição energética e a criação de um painel científico internacional para orientar decisões com base em evidências foram os destaques da conferência. Mas, reforçou a necessidade de cronogramas mais claros, com a eliminação dos combustíveis fósseis até 2040 nos países desenvolvidos e até 2050 nos países em desenvolvimento, acompanhada de financiamento internacional.

Segundo [análise do WWF](#), o principal legado de Santa Marta foi mostrar que a cooperação internacional pode avançar fora dos espaços formais como a Convenção do Clima da ONU. Para a organização, o encontro funcionou como uma plataforma política complementar e reforçou que a transição energética deve ser tratada como uma agenda ampla que envolve desenvolvimento econômico, justiça social, segurança energética e diversificação produtiva.

No artigo publicado por Mariana Belmont do Geledés, no [Le Monde Diplomatique Brasil](#), apesar de o evento ter mostrado o surgimento de novas arenas de debate, a conferência não produziu acordos vinculantes. Por isso, o desafio é transformar esse alinhamento político em implementação concreta com elaboração de planos nacionais, pela incorporação dessas metas nas estratégias econômicas dos países e pela reinserção dessa agenda nos fóruns multilaterais. Mas, Santa Marta sinalizou uma mudança estrutural de que a transição energética era apenas uma pauta ambiental, para uma transformação econômica e geopolítica profunda, que redefine cadeias produtivas, relações internacionais e o próprio papel dos Estados no sistema energético global.

Em termos procedimentais e institucionais, a série de contribuições derivadas das deliberações dos [grupos setoriais](#) e da criação do Painel Científico para a Transição Energética Global (SPGET) foram grandes ganhos, conforme a análise [do boletim Política por Inteiro do Talanoa](#).

Para o Inesc, embora o Brasil apresente uma matriz energética com alta participação de fontes renováveis, isso não resulta necessariamente de políticas recentes ambiciosas, mas sim de uma trajetória histórica baseada sobretudo na energia hidrelétrica. Segundo [a análise publicada](#), as metas das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) são pouco desafiadoras e, em alguns casos, até permitem aumento de emissões, revelando contradições entre planejamento energético e justiça climática. Também há problemas estruturais como a forte presença de combustíveis fósseis nos planos de expansão, a baixa transparência e participação social nas decisões, e os impactos socioambientais sobre comunidades vulneráveis.

Na análise da [jornalista Giovana Girardi, na Agência Pública](#), a conferência aproximou um debate que costuma parecer abstrato da realidade concreta de países como o Brasil, cuja economia ainda depende da exploração de petróleo e gás. Para ela, o encontro ganhou relevância por colocar os combustíveis fósseis no centro das discussões climáticas. Nesse contexto, emerge uma contradição brasileira: embora o “mapa do caminho” para a transição energética tenha sido apresentado inicialmente pelo próprio governo Lula durante a COP30, o Brasil chegou a Santa Marta sem apresentar sua proposta nacional concreta para essa transição. A ausência expôs o descompasso entre o discurso internacional de liderança climática e a dificuldade interna de enfrentar a expansão da produção de petróleo,

especialmente enquanto o país tenta simultaneamente se posicionar como potência ambiental e ampliar investimentos fósseis.

### **Plano Nacional de Transição Energética está em consulta pública**

O Ministério de Minas e Energia (MME) abriu consulta pública para o Plano Nacional de Transição Energética (Plante) no dia 29 de abril. A consulta está aberta por 45 dias com o objetivo de desenvolver ações de curto, médio e longo prazos para o setor energético alcançar a neutralidade das emissões até 2050. As contribuições podem ser feitas nos sites do [MME](#) e do [Participa + Brasil](#).

### **PL dos Minerais Críticos avança mantendo a estratégia de facilitar cada vez mais a expansão da extração mineral e acende alerta socioambiental, de acordo com nota técnica do Inesc**

A [nota técnica - PL 2.780/2024: na contramão de uma Estratégia para Minerais Críticos](#), realizada pelo Inesc sobre a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, analisa que a medida segue na contramão do que poderia ser uma estratégia nacional consistente com os interesses dos países, uma vez que prioriza resultados econômicos de curto prazo e amplia benefícios fiscais e regulatórios para o setor mineral. O texto critica a tramitação acelerada, sem debate público adequado, e aponta fragilidades como a definição ampla e imprecisa de “minerais críticos e estratégicos”, o que pode estender incentivos a praticamente toda a mineração voltada à exportação.

Além disso, destaca riscos socioambientais, a fragilização do licenciamento e a ausência de contrapartidas robustas em inovação, agregação de valor e desenvolvimento industrial. Para o Inesc, o projeto pode aprofundar desigualdades e reforçar um modelo extrativista, sem garantir soberania, benefícios econômicos duradouros ou alinhamento com uma política industrial e climática de longo prazo.

### **Empresa norte-americana compra mineradora de terras raras brasileira e setor de mineração rejeita criação de estatal para gerir metais críticos**

A mineradora brasileira Serra Verde Group, única no país que extrai terras raras (essenciais para a indústria bélica, para construção de data centers e para tecnologias de geração de energia de baixo carbono) foi comprada pela norte-americana USA Rare Earth. A mineradora de Goiás é a única empresa fora da Ásia a extrair em escala comercial quatro dos 17 elementos denominados terras raras. Atualmente, a companhia tem a capacidade de produzir cerca de cinco mil toneladas por ano de materiais processados. De acordo com a análise de especialistas do episódio [“A venda de terras-raras brasileiras”](#) do podcast Café da Manhã, da Folha de S. Paulo. Segundo o especialista entrevistado, pela ótica geopolítica, se antes a operação da empresa já estava nas mãos de fundos estrangeiros com interesse em abastecer a indústria ocidental, agora passa a contar com participação

direta do governo dos EUA, ainda que minoritária, inserindo o projeto de forma explícita em uma estratégia estatal.

Além disso, de acordo com o podcast, o contrato firmado prevê que, pelos próximos 15 anos, 100% da produção será destinada aos EUA e países aliados, o que inibe o desenvolvimento de uma cadeia industrial nacional ao restringir o acesso à matéria-prima, mesmo que o país avance em capacidade de processamento, restando como alternativa negociações diplomáticas para eventual acesso a parte dessa produção ou, no médio prazo, o desenvolvimento de novos projetos minerários, que, no entanto, exigem tempo para se concretizar.

A [CNN](#) traz que o setor de mineração rejeita a criação de uma estatal voltada à cadeia de terras raras ou outros dos chamados minerais críticos para que sejam priorizadas o fortalecimento de estruturas já existentes, como a ANM (Agência Nacional de Mineração), o SGB (Serviço Geológico do Brasil) e o Cetem (Centro de Tecnologia Mineral), em nota divulgada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

A [Carta Capital](#) publicou artigo do pesquisador do Transforma Economia/Unicamp, Diógenes Moura Breda, a qual argumenta que a proposta de criação da Terrabras surge em um contexto contraditório: enquanto há resistência interna à ideia de uma empresa pública, cresce a presença de mineradoras estrangeiras apoiadas por seus próprios governos no Brasil. A análise critica essa incoerência, defendendo que o país corre o risco de perder soberania sobre recursos estratégicos justamente no momento em que a demanda mineral para fabricação de armamentos, instalação de data centers e expansão energética aumenta seu valor global.

### **ONU alerta: mineração para abastecer transição energética amplia injustiças socioambientais**

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a mineração de minerais usados em sistemas de geração, armazenamento e transmissão de eletricidade vem gerando injustiças e o modelo de exploração deve ser mudado. Segundo texto publicado no [Um Só Planeta](#), a expulsão de comunidades, o consumo elevado de água e a dispersão de materiais tóxicos vêm afetando territórios vistos como “zonas de sacrifício” e reproduzindo modelos que levaram às crises ambientais e de saúde graves e ocultas. O relatório feito pelo Instituto de Água, Meio Ambiente e Saúde da Universidade das Nações Unidas (UNU-INWEH), mostra que atingir as metas climáticas do Acordo de Paris, sem se discutir a redução do consumo energético dos países ricos e das elites dos países do Sul Global, exigiria um aumento na demanda de lítio em nove vezes e duplicaria a demanda por cobalto e níquel até 2040.

### **Amazônia troca diesel renovável e impulsionam transição com microrredes**

Comunidades amazônicas, que não estão conectadas à rede da matriz energética trocam geradores a diesel por painéis solares e baterias de lítio. De acordo com texto publicado na

[Bloomberg](#) e replicado por jornais como [Folha](#) e [Infomoney](#), a mudança é devida à combinação de políticas federais, queda do custo de tecnologia e iniciativas oriundas da filantropia para construir microrredes. O MME aprovou, em 2025, 29 projetos que devem atender, no total, 650 mil pessoas e evitar a emissão de 800 mil toneladas de gases de efeito estufa até 2036. A economia em subsídios deve chegar a cerca de US\$ 171 milhões, conforme reportagem.

### **Afastamento dos Emirados Árabes da OPEP demonstra interesses divergentes entre membros no contexto da transição energética**

De acordo com a análise, do especialista em Sistemas de Energia da Universidade de Oxford, Adi Imsirovic, publicado no [The Conversation](#), a decisão dos Emirados Árabes Unidos de se afastar de compromissos mais rígidos dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) sinaliza um movimento estratégico diante de um cenário em que o futuro da produção de petróleo se torna cada vez mais limitado. O país busca maior flexibilidade para expandir sua capacidade produtiva no curto prazo, aproveitando a demanda ainda existente antes que a transição energética reduza estruturalmente o consumo global de combustíveis fósseis.

O movimento também expõe tensões dentro da OPEP, cujos membros enfrentam interesses divergentes: enquanto alguns defendem cortes de produção para sustentar preços, outros querem maximizar receitas enquanto ainda há mercado. Ao mesmo tempo, avanços em políticas climáticas, eletrificação e energias renováveis indicam que a demanda por petróleo deve desacelerar nas próximas décadas. O caso dos Emirados reforça uma leitura mais ampla: produtores estão entrando em uma “corrida final” para monetizar suas reservas antes que ativos fósseis percam valor. Isso aumenta o risco de excesso de oferta no curto prazo e de ativos encalhados no longo prazo, colocando em xeque a estabilidade futura do setor petrolífero global. Tal movimento mostra uma leitura divergente da do Brasil, que insiste em novos projetos, como a extração na Foz do Amazonas, que somente serão finalizados em um futuro no qual a demanda por petróleo já deverá ter se reduzido.

### **Subsídios à fósseis superam renováveis nas maiores economias globais**

O [Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável \(IISD\)](#) divulgou que nove das dez economias que mais importam combustíveis fósseis no mundo gastaram US\$ 313,6 bilhões em subsídios para petróleo, gás e carvão ante a somente US\$ 121,7 bilhões em energias renováveis em 2024. China, União Europeia e Índia representam 72% do total analisado. Apenas os EUA não entram neste cálculo porque o país não mantém esses dados disponíveis. Esses países são responsáveis por 62% das emissões mundiais de gases de efeito estufa.

Enquanto isso, o chefe de assuntos fiscais do Fundo Monetário Mundial (FMI), Rodrigo Valdés, critica os países que mascaram o preço do petróleo por causa da guerra entre EUA

e Irã com subsídios para que o aumento do preço faça com que ocorra um ajuste e os países usem menos fontes fósseis, em entrevista para [Reuters](#).

Do ponto de vista doméstico, o Brasil segue a mesma linha. De acordo com [estudo](#) do INESC, publicado em outubro de 2025, em 2024 o país gastou R\$ 47 bilhões em subsídios aos combustíveis fósseis. Em termos relativos, para cada R\$ 1 destinado à energia renovável, foram destinados R\$ 2,52 para fontes intensivas em carbono.

### **Demanda por petróleo deve cair em 2026, segundo IEA**

O informe [Oil Market Report](#) da Agência Internacional de Energia (IEA) divulgou que a demanda mundial por petróleo deve cair a 80 mil de barris por dia (bpd) em 2026 ante a 2025 por causa da guerra no Oriente Médio, conforme publicaram O Globo, Valor e Reuters. Caso o estreito de Ormuz tenha suas rotas asseguradas, a IEA estima que demoraria dois meses a exportações estáveis em relação ao período pré-conflito.